



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7.180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0732/17	DATA: 13/06/2017	
LOCAL: Plenário 12	INÍCIO: 15h48min	TÉRMINO: 17h36min	PÁGINAS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HIAGO TADEU ALVES RABELO - Estudante da Universidade de Brasília — UnB.
BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Advogada, Procuradora do Distrito Federal aposentada, Presidente do Instituto Resgata Brasil.

SUMÁRIO

Debate acerca do Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, de autoria do Deputado Erivelton Santana, a respeito da inclusão, entre os princípios do ensino, do respeito às convicções do aluno e de seus pais ou responsáveis, com precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Boa tarde, senhoras e senhores. Nos termos regimentais, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a seus apensados.

Esclareço que esta reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 50 do Regimento Interno, e à deliberação de requerimento.

Consulto os Parlamentares sobre se podemos iniciar a audiência e, após alcançarmos o quórum, fazermos a votação da ata e do requerimento constante da pauta. *(Pausa.)* Há concordância.

Dando início à audiência pública, convido a tomarem assento à mesa o Sr. Hiago Tadeu Alves Rabelo, estudante da Universidade de Brasília, e a Sra. Beatriz Kicis Torrents De Sordi, advogada, Procuradora do Distrito Federal, aposentada, Presidente do Instituto Resgata Brasil. *(Pausa.)* Sejam bem-vindos!

Esclareço aos presentes que também foi convidada para participar desta audiência pública a Sra. Heloísa Helena de Oliveira, administradora executiva da Fundação Abrinq, para fazer o contraponto. Contudo, infelizmente, ela recusou o convite.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada convidado disporá de até 20 minutos para a exposição. Durante a fala, não poderão ser aparteados e deverão limitar-se ao tema em debate. Finda as apresentações, concederei a palavra, primeiramente, ao Relator, o Deputado Flavinho, e, em seguida, aos Deputados inscritos para o debate. Ao interpelar os convidados, os Parlamentares só poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os convidados o mesmo tempo para a resposta. Por último, concederei a palavra aos Deputados não membros que estiverem inscritos.

Vou passar a palavra ao Sr. Hiago Tadeu Alves Rabelo, estudante da Universidade de Brasília.

Esclareço, ainda, mais uma vez, que esta Comissão, a sua Presidência e todos os membros que a compõem, tem buscado, de forma democrática e



isonômica, convidar tanto aqueles que são favoráveis ao projeto quanto os contrários ao projeto para estarem presentes nas audiências públicas.

Lamentamos que aqueles que mais criticam o projeto, na maioria das vezes, não têm aceito nosso convite, aproveitando-se da ausência para fazer críticas, e nós estamos sempre dispostos a nos posicionarmos no contraponto das ideologias defendidas por alguns desses.

Passo a palavra ao Sr. Hiago Tadeu Alves Rabelo, estudante da Universidade de Brasília. V.Sa. tem até 20 minutos para a sua explanação.

O SR. HIAGO TADEU ALVES RABELO - Boa tarde, senhoras e senhores.

Meu nome é Hiago Tadeu. Como foi dito, sou estudante da Universidade de Brasília. Eu nasci numa família de professores, vim de uma longa linhagem de professores e estou estudando para ser professor, mais especificamente professor de Português.

Esse projeto chamou a atenção pelo seguinte: ele retrata e trata de um problema pelo qual eu passei, meus amigos passaram e ainda passam constantemente, tanto no ensino médio quanto no ensino superior.

Eu queria dizer, primeiro, que eu venho comparecendo às reuniões da Comissão, e acho que já ficou bem claro que esse é um problema real. Diversas provas foram apresentadas, tanto de mestrados que estavam cursando o mestrado e tiveram problemas — a Campagnolo falou muito bem disso — quanto de estudantes que aqui vieram e trataram sobre o tema. Então, eu tentei trazer uma visão um pouco diferente: não somente as provas, mas a gravidade do que acontece dentro da escola e da universidade.

Eu gostaria de começar a minha apresentação, mostrando *prints* que um professor meu não somente compartilha na Internet, mas também leva para a sala de aula.

(Segue-se exibição de imagens.)

Se vocês puderem dar uma lida, vão ver a gravidade da coisa. Ele nem fala só defendendo o PT, mas literalmente deseja a morte, a decapitação e a defenestração de opositores políticos. Isso é só para vocês poderem ver o nível da gravidade.

Eu vou ler:



Depois, quando eu digo que o Brasil só vai se resolver no tiro e na ponta da faca, as pessoas ficam indignadas e o facebook me bloqueia. Mas como salvar a gente de monstros como acm neto, dória, et caterva? Só degolando, decapitando, defenestrando.

Isso seria comum se você visse um lunático fazendo, mas esse é um professor da Universidade de Brasília, um dos mais reconhecidos na área de linguística. E isso não se restringe ao Facebook. Essa perseguição, esse ódio que ele leva para o Facebook é levado para dentro de sala de aula, é levado para os trabalhos acadêmicos que ele faz. Inclusive isso foi denunciado na Ouvidoria. E qual a resposta que eu tive? Nenhuma. Não tive nenhuma resposta da Ouvidoria da Universidade de Brasília. Isso foi denunciado no Senado Federal.

Então, sim, o problema é real. E o aluno precisa de formas, precisa de meios de comunicação para se defender desse tipo de abuso.

É absurdo uma pessoa presenciar isso e não ter a quem recorrer. E esse é um dos maiores pontos positivos do Escola sem Partido, porque ele oferece esse meio de comunicação, esse portal para denunciar esse tipo de — nem doutrinador ele é — propagador de ódio. Isso é um absurdo. O aluno precisa dessa instância de mediação.

E, além da realidade do problema, eu gostaria de falar um pouco sobre como isso prejudica não somente a vida social e psicológica, mas também a vida acadêmica do estudante.

Quando você está em sala de aula, claramente ali existe uma autoridade, que é o professor. Esse professor, atualmente, é tido como o detentor do conhecimento dentro da sala. E, para um aluno que está ali, é muito difícil se opor ao que o professor fala.

Por exemplo, quando começou o debate sobre o Escola sem Partido, a professora disse o seguinte na sala: “Pessoal, hoje vamos falar sobre a Lei da Mordaza”. As pessoas não têm noção do peso social que recairá sobre o aluno que se contrapuser a isso.

O professor é tido como uma referência em sala de aula, e, se um aluno discordar dele, terá de aguentar um peso social enorme. Com certeza, esse aluno



vai ser visto como do contra, conservador, neoliberal, fascista, aquele que quer censurar o direito do professor de dar aula. Quantas vezes eu já ouvi isso? Isso prejudica não só a vida social do aluno, mas também o debate e o avanço da educação.

Em uma aula em que poderíamos estar discorrendo e debatendo sobre melhorias, sobre formas de resolução de problemas, estamos fazendo palanque político contra uma pauta que, na verdade, é válida, é necessária para a educação brasileira. E, infelizmente, isso não é exceção.

Eu gostaria de mostrar mais alguns *prints* desse professor para demonstrar que isso não ocorre só no cenário político. A perseguição não é só política, é também religiosa.

Peço que coloquem a imagem de novo.

Nesta imagem, podemos ler:

Coerência é uma coisa muito legal. Saber que o branquelinho fascistazinho tucaninho escrotinho de merda também é pentelhocostal faz o quadro do mau-caráter Dallagnol ficar perfeito, sem uma fissura sequer. Muito legal! Legal, tanto quanto não é legal, aliás é ilegalíssimo, tudo o que esse promotorzinho do PSDB faz. Que vá à merda!

Como uma pessoa que se declara cristã vai debater e tratar temas relacionados à linguística dentro da sala de aula com esse professor? Qual é o tratamento que esse professor dá a uma pessoa que discorda da sua posição? É usando termos tão pejorativos como “pentelhocostal” que se promove o debate e a diversidade dentro de sala de aula? Essa frase é de um professor. Isso que acontece aqui é levado para dentro da sala de aula.

Esta outra imagem, da época da eleição, é muito interessante. Trata-se de outro comentário do mesmo professor. Eu não fiz nenhum apanhado, eu peguei no Facebook frases que um professor postou para todos lerem.

O filme Bastardos Inglórios é genial. Mas de tudo que o filme tem de bom, o que mais me faz ter delírios, fantasias e sonhos eróticos é a ideia de marcar a ferro e



fogo uma suástica na testa de algumas pessoas. Nos dias que correm, eu acho que não me contentaria com isso, mas aproveitava também para furar os olhinhos e cortar a língua. Matar não precisa, porque morrer vamos todos. Suástica na testa, olhinhos perfurados, linguinha cortadinha. Escribas de jornalões e revistonas. Apresentadorxs de televisão. Bandidxs disfarçados de juízes. Parlamentares lamentáveis. Etc., etc., etc. Ah, que delícia! E como é bom não ser cristão: culpa zero!

Vocês realmente acham que a atitude desse professor se restringe ao Facebook? É ridículo.

Infelizmente, esse não é um caso isolado. Eu trabalho no movimento estudantil e poderia falar de várias situações, como a expulsão de alunos de sala de aula em razão de posições políticas.

Recentemente, nós criamos uma chapa para disputar a eleição de delegados da União Nacional dos Estudantes — UNE e ganhamos. Eu conversei com uma das minhas professoras, porque eu precisava de liberação no dia. Ressalto que é uma boa professora e ficou muito feliz ao saber que eu havia obtido essa vitória. Ocorre que ela não sabia do meu posicionamento político. Então, uma das colegas que estava comigo me perguntou se eu era da UJS — União da Juventude Socialista. Eu dei uma risada e disse: “Não, não. Nós somos da única chapa liberal que participou dessas eleições”. A reação da professora me impressionou. Na hora, ela disse: “Não, Hiago, por favor, não me fale isso, não. Eu não acredito que você está se unindo a esse tipo de gente”. Isso não faz 1 semana.

Existem agressões físicas, psicológicas e sociais. Essa é uma agressão social. Coloca toda a turma contra o aluno que tem posicionamentos diferentes, mata o debate, acanha as pessoas e as impede de expor seus pensamentos. Isso é horrível e só prejudica a educação brasileira.

O professor é um influenciador, que exerce uma função de poder dentro da instituição. Todos os dias, tem a audiência cativa dos alunos. Os alunos acabam entrando na onda de seus professores e adotando a mesma atitude que eles.



Para dar um exemplo, mostro esta imagem. Na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, foi pichada a seguinte frase: “*Morte aos liberais*”. Isso foi postado como se fosse uma glória em alguns grupos de militância da universidade que, atualmente, veem no grupo liberal sua maior oposição. O grupo que aparece na foto não foi o que fez a pichação, mas o que a apagou. Essa mensagem explícita de ódio ficou lá por meses, e nenhuma entidade da universidade fez nada para limpar a pichação. Isso aconteceu na Biblioteca Central da UnB.

A universidade, que supostamente deveria ser um local de debates e de confronto de ideias, onde a pluralidade é aceita e bem-vinda, tornou-se um campo de militância tomado por certos grupos partidários alimentados por professores. Na verdade, os professores não são agentes passivos nessa história. Muitos deles, além de fomentar, articulam esse tipo de ação.

Eu não sei se vocês se lembram das ocupações. Elas foram iniciadas por alunos. Mas, quando nós fomos trabalhar no movimento de desocupação — em momento algum, nós entramos em confronto físico ou forçamos qualquer coisa; o confronto foi político mesmo. Nós falávamos contra as ocupações —, o maior enfrentamento que tivemos não foi com alunos, mas com professores e sindicatos da categoria. Inclusive, nós temos imagens de professores entregando mantimentos para alunos que estavam ocupando escolas.

Isso é muito complicado, de verdade. Eu creio que todos saibam que se trata de um problema real, que, como tal, precisa de uma solução real. Eu vejo que o Escola sem Partido, sem dúvida, é uma tentativa de solucionar o problema. Não se trata de censurar professor, mas de defender a pluralidade e proteger o aluno que pensa diferente, que não está de acordo com a maioria. É isso.

Eu trouxe um vídeo, mas, antes de exibi-lo, eu queria mostrar uma nota lançada na época das ocupações pelo Instituto de Letras da UnB, do qual eu sou aluno, que evidencia como o sistema filtra professores que seguem a ideologia hoje representada nas universidades.

Aconteceu uma coisa que chamou muito a nossa atenção: o Instituto de Letras não somente aderiu à ocupação como também mandou os professores participarem. E, além disso, todas as apresentações, todas as bancas foram canceladas, exceto as que tinham tema relacionado à ocupação.



Eu pergunto: que tipo de professor, que tipo de profissional, que tipo de formando vai ser aprovado nessas bancas? Vocês acham que alguém que é contra a ocupação vai participar dessas bancas? Ou serão aqueles que concordam com a ocupação e trabalharam em algum tema a ela relacionado?

O sistema filtra. Infelizmente, hoje há uma ideologia dominante no ensino brasileiro, que tem feito de tudo para silenciar todas as outras. Eles pregam a pluralidade, mas, na verdade, odeiam a pluralidade. Isso está bem demonstrado no vídeo. A pluralidade que eles pregam não passa disso aí.

(Exibição de vídeo.)

O SR. HIAGO TADEU ALVES RABELO - As cenas desse vídeo se passaram na Universidade de Brasília e rodaram por toda a Internet. O que aconteceu foi o seguinte: um dos nossos aliados políticos lá na universidade, que é um grupo conservador, tem um membro que é monarquista. Esse membro monarquista, durante um protesto feito contra as greves, hasteou uma bandeira da monarquia. Um grupo de militantes comunistas partiu para cima dele, na tentativa de tomar essa bandeira e rasgá-la.

Vocês percebem a pluralidade que eles defendem? A pluralidade de uma ideologia só? Aquilo ali, gente, não é encenação, não. Aquilo ali é um aluno contra cinco alunos, apanhando para defender uma bandeira. É algo muito sério. Isso é o que acontece diariamente na Universidade de Brasília. É um absurdo. E infelizmente — infelizmente — isso é resultado de anos e anos de doutrinação, é resultado de professores, como eu mostrei nos *prints*. Isso é resultado de um sistema que se preserva e faz a sua manutenção através de absurdos como aquele demonstrado, em que bancas aceitas são somente aquelas relacionadas a ocupações. O sistema se mantém assim, ele se preserva assim. Nós precisamos de uma ruptura nisso. Nós precisamos de uma Escola sem Partido.

Aproveitando que o Deputado Eduardo Bolsonaro chegou, eu gostaria de mostrar um *print* relacionado à família dele — já vou concluir, sei que o meu tempo está acabando.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Eu estava acompanhando pela *live* da Bia também. Eu estava em outra Comissão.

O SR. HIAGO TADEU ALVES RABELO - *(Risos.)* Aproveitando a deixa:



Aumentou minha admiração por Jandira Feghali. Eu confesso que seria incapaz de um gesto de solidariedade àquele verme infeccioso disfarçado de ser humano: provavelmente, eu pisaria no estômago dele até ver sair o demônio ali instalado desde o útero materno. Não tenho um pinga de compaixão por gente como essa. Não dou a outra face nem amo o próximo indiscriminadamente. Nazista tem que ir para a prisão!

Isso foi dito no caso em que o Flávio Bolsonaro passou mal durante um debate. Eu acho que esse *print* exemplifica bem como essa ideologia funciona, como a universidade, hoje em dia, diz pregar a pluralidade, mas só aceita um pensamento, enquanto outros ela trata com extrema violência.

Era isso, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - O.k., muito bem.

Agradecemos ao nosso querido palestrante, o Sr. Hiago Tadeu Alves Rabelo.

Aproveitamos a oportunidade para justificar a nossa saída emergencial. Está havendo votação nominal. Eu fui votar. Agora o Relator teve que votar, mas voltará logo para cá. Se nós não votarmos, seremos penalizados. Imaginem o Brasil todo vendo os 513 Deputados saírem de seus Estados para vir aqui votar — ontem já não tivemos nada — e, se hoje não votarmos o que deve ser votado, nós vamos apanhar.

Dando sequência aos trabalhos, senhoras e senhores, passaremos a palavra agora à Sra. Beatriz Kicis Torrents De Sordi, advogada, Procuradora do Distrito Federal aposentada, Presidente do Instituto Resgata Brasil. V.Sa. também dispõe de 20 minutos.

A SRA. BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Boa tarde a todos os presentes e a todos os que estão nos assistindo pela transmissão via Internet. É uma pena, Sr. Presidente, que não tenhamos outros Parlamentares presentes.

A minha missão hoje aqui é desmascarar o relatório enviado pela Organização das Nações Unidas — ONU ao Governo brasileiro a respeito do Escola sem Partido, que foi escrito por três relatores ou comissários: um relator especial



sobre o direito à educação; outro sobre liberdade de manifestação de pensamento e de expressão e outro sobre liberdade de religião ou crença.

Isso muito me causa espécie, uma vez que todo esse relatório desconsidera completamente a liberdade de consciência e a liberdade religiosa dos estudantes. Então, espanta-me ver envolvido nisso um comissário que deveria cuidar exatamente disso.

Como é que eu pretendo desmascarar esse relatório? Abordando dois aspectos: primeiro, analisando a premissa falsa sobre a qual ele se sustenta, que é a existência de uma liberdade de expressão dos professores; segundo, abordando a questão do abuso de direito.

(Segue-se exibição de imagens.)

Começando a falar sobre liberdade, mostrarei um eslaide com o que diz a ONU:

Gostaríamos de trazer à atenção do Governo de V.Exa. informações que recebemos em referência a dois projetos de lei — que estão sendo analisados e amplamente debatidos por esta Comissão — que apresentam medidas indevidamente restritivas ao direito, à liberdade de expressão dos alunos e professores no Brasil.

A primeira coisa importante a ser dita é que não existe liberdade de expressão dos professores. Os professores têm outro tipo de liberdade, que é a liberdade de ensinar ou liberdade de cátedra, como eu vou demonstrar daqui a pouco.

Outra coisa que chama atenção é que eles dizem que “*recebemos em referência a dois projetos*”. Receberam de quem? Se receberam, alguém foi lá levar para eles. Então, eu quero trazer aqui um processo de denúncia internacional. Olhem só quem levou essa denúncia à ONU: foram ONGs. Nós vemos aqui o Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara — está ali na foto —, que também fez sustentação oral contra o Programa Escola sem Partido perante o Estado brasileiro no âmbito da reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.



Eu queria chamar atenção — lembrar a quem esteve presente e informar quem não sabe — que o Daniel Cara esteve aqui na Comissão do Escola sem Partido e, em nenhum momento, conseguiu apresentar qualquer ponto do projeto que fosse inconstitucional. Ele chegou a ter que reconhecer que todos os deveres do professor que estão aqui neste cartaz já estão previstos na legislação, na Constituição e nas convenções internacionais de que o Brasil é signatário. Então, ele teve que reconhecer isso. E o que ele conseguiu opor ao projeto é que, já que está tudo previsto em lei, não é preciso o projeto. Ele é totalmente desnecessário. Nós vamos ver aqui por que não é desnecessário.

Aqui está novamente o Daniel Cara.

Segundo a ONU:

À luz das normas internacionais de direitos humanos, gostaríamos de levar à atenção do Governo de V.Exa. os aspectos do projeto de lei que suscitam preocupações associadas à interferência dos mesmos no direito à liberdade de expressão dos professores e educadores.

Destaquei em vermelho “*liberdade de expressão dos professores e educadores*”. Aqui eles já esquecem os alunos. Eles não estão preocupados com os alunos em nenhum momento. É clara a preocupação deles apenas com os professores e com aquilo que eles chamam de liberdade de expressão dos professores.

A Constituição Federal trata da liberdade de expressão no art. 5º, inciso IV, quando diz: “*É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato*”. E, no mesmo artigo, inciso IX, diz: “*É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”.

Então, fora o anonimato, todo mundo pode se expressar. Liberdade de expressão é a que todos nós temos no Facebook, na nossa casa, num bar, num restaurante, em qualquer ambiente público ou privado, mas não o professor na sala de aula. Por quê? Porque o professor ali está para cumprir um mister que lhe foi conferido, que é o de ensinar. A Constituição trata do direito de ensinar no art. 206.



Se fosse a mesma coisa do direito de expressão, estaria previsto no art. 5º, mas não, está aqui no art. 206, que diz:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I -

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

Então, professor tem direito a ensinar e aluno tem direito a aprender. E está também resguardado na Constituição e em todos os tratados internacionais de direitos humanos o direito à liberdade de consciência e de crença, ou seja, liberdade moral e religiosa.

Além disso, cabe aos pais, de acordo com a sua consciência, decidir se os filhos devem ou não receber ensinamentos sobre moral e religião.

O art. 37 da Constituição Federal fala sobre o princípio da impessoalidade, dentre outros. É muito importante que fique bem claro que o professor não tem, na sala de aula, direito de expressão, liberdade de expressão.

A premissa sobre a qual se baseia o relatório da ONU é equivocada, é falsa. Se fosse real, o projeto de lei seria totalmente inconstitucional, do primeiro ao último artigo — mas não é real. E ninguém conseguiu apontar até hoje qualquer inconstitucionalidade no projeto.

Eu até fico triste em ver que a outra parte, que é contrária ao projeto, não está aqui. A ONU alega que está muito preocupada com o projeto. Mas as pessoas que estão preocupadas com o projeto estão aqui, estão acompanhando esta audiência, estão acompanhando o debate no Congresso, que tem sido amplo. Há muitos meses, toda semana, nós estamos nesta Casa — e agora também nos Estados, nas Assembleias ou nas Câmaras Municipais — debatendo esse projeto de lei, que, para usar uma linguagem bem popular, viralizou. O projeto Escola sem Partido é hoje tema de conversa nas famílias, nas escolas, nas Assembleias, nas Câmaras Municipais, em todo canto.

E a ONU, que se diz tão preocupada, nunca teve um representante sentado à mesa para colocar a sua preocupação e, muito menos, sentado nas cadeiras deste plenário para escutar quem tivesse alguma coisa para falar a favor ou contra.



Segundo a ONU, o art. 2º do projeto de lei é vago. O artigo fala dos princípios sobre os quais se assenta o projeto, que são, dentre outros: neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; pluralismo de ideias no ambiente acadêmico (o Hiago mostrou que isso não existe atualmente); liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação; liberdade de crença; reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação do aprendizado.

Uma coisa que muito me chama a atenção é o fato de o relatório da ONU, em nenhum momento, se voltar para o vulnerável. O tempo inteiro busca proteger o professor, que é a parte mais forte, querendo atribuir-lhe um direito que ele não tem. Isso demonstra, além de tudo, que esse relatório é fruto da ignorância e do desconhecimento profundo de pessoas que se dizem tão preocupadas.

E é claro que teria que ser assim. Por quê? Elas nunca ouviram a outra parte. Daniel Cara e os representantes das outras entidades que foram lá falar mal do projeto mostraram seu ponto de vista. Em nenhum momento, a ONU se preocupou em ouvir a outra parte, em ouvir os proponentes do Escola sem Partido, para depois decidir se deveria ou não se preocupar. Agiu de forma totalmente unilateral. Isso mostra que de pluralismo essas pessoas não entendem nada. Não apoiam nenhum tipo de pluralismo. Pluralismo, para elas, é mais de uma pessoa repetindo a mesma coisa. Isso é que é pluralismo. *(Risos.)*

Eu queria dizer também que, além dos princípios que mencionei, o anteprojeto de lei do movimento Escola sem Partido incluiu mais um: a dignidade da pessoa humana.

Eles gostam tanto de falar da dignidade da pessoa humana, e passam por cima da dignidade da pessoa humana o tempo inteiro. O que eles fazem é lavagem cerebral, e isso é uma das coisas que mais vulneram e ofendem a dignidade da pessoa humana. Toda pessoa tem direito a não ter a cabeça feita pelo seu professor ou por quem quer que seja.

Ainda segundo a ONU, o projeto não prevê definição sobre os princípios. O que ele quer dizer é o seguinte: o projeto é vago. Eu queria saber onde conseguimos enxergar a vagueza aqui nesses deveres. Todo o mundo consegue reconhecer, e o Hiago falou a palavra-chave: “*Isso é real*”, e um problema real demanda uma solução real. Aqui está, isso é a realidade.



Os professores têm esses deveres, e aqui está muito claro. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula. A ONU diz: “*O que é propaganda político-partidária?*” Ora! É muito fácil, é propagar uma ideia a respeito de um partido, de uma ideologia. Todo o mundo sabe o que é isso.

Então, eles também não entendem o que quer dizer que o professor não favorecerá, nem prejudicará ou constrangerá os alunos, em razão de suas convicções políticas e ideológicas.

Então, quando um aluno, numa dissertação do ENEM, por exemplo, coloca uma posição a respeito de algum assunto — porque eles adoram trazer assuntos políticos e ideológicos para a prova do ENEM — contrária à expectativa do examinador, ele toma zero; ele está sendo prejudicado em razão de suas convicções políticas e ideológicas. Isso é muito concreto, não tem nada de abstrato.

Mas eu quero dizer que toda lei é abstrata por si mesma. Isso é uma característica da lei, ela é genérica e abstrata. Não pode haver uma lei concreta, direcionada; se houvesse uma lei assim, ela seria inconstitucional. Uma lei que proíbe o Fulano de tal de construir uma casa em tal local não pode existir.

Então, a lei é genérica, mas é na hora da aplicação da lei que ela passa a ser concreta, na hora de se interpretar e aplicar ao caso concreto, seja isso feito administrativamente, seja isso feito por um juiz. Isso se chama exatamente subsunção, que é aplicar a lei ao caso concreto. Então, não há nada de vago. As palavras contidas no relatório é que são vagas, elas não têm sentido.

No anteprojeto da Escola sem Partido, no art. 3º, eles apontam uma inconstitucionalidade.

Quero dizer o seguinte: com relação à ideologia de gênero, a respeito da qual eles dizem que o projeto não permite que se fale, porque isso iria ferir as questões de gênero, quero dizer que o projeto de lei da Escola sem Partido não proíbe que se debata nenhum assunto. É muito claro, o Miguel Nagib já disse várias vezes que quem define o que é científico ou não é a Academia, não é o projeto de lei. Acontece que não se pode colocar em prática qualquer tipo de teoria ferindo a moral e o direito de crença dos alunos.



Então o que o projeto quer evitar? Não é qualquer tipo de debate. Olhe o que ele quer evitar: ele quer evitar alunos mais velhos fazendo em turmas de alunos menores uma demonstração de que ninguém nasce menino nem menina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Doutora, por favor...

A SRA. BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Quero fazer um pequeno intervalo aqui. Aos mais velhos e aos menores, há uma informação, que acho que é importante.

Informo aos presentes e a quem estiver assistindo a esta audiência que estamos *on-line*, ao vivo, na página e-Democracia, mais especificamente nas audiências interativas, que permitem o envio de perguntas aos debatedores.

Alguns posicionamentos estão na Internet, quem quiser mandar pergunta pode mandar, a assessoria vai depois repassar para que os debatedores também possam participar. Se alguém tiver uma pergunta aqui, por favor, escreva. Se estamos dando direito a quem está em casa, então vamos dar direito também aos que aqui estão.

Obrigado.

A SRA. BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Há uma coisa também que eu sempre converso, que é a respeito da oportunidade de se ensinar determinado conteúdo. Então, claro, o projeto Escola sem Partido não pretende proibir nada, nem poderia fazê-lo, ele apenas quer impedir que na prática se apliquem teorias aos alunos.

Agora, eu pergunto: alguém aqui, em sã consciência, pode dizer que este conteúdo é adequado para crianças de 5, 6, 8, 10 anos? Obviamente não!

Então, se ideologia de gênero for uma teoria com algum respaldo científico, que seja discutida com os alunos e apresentada a eles na universidade, mas nunca para crianças, porque isso pode ferir inclusive o desenvolvimento natural e saudável das crianças.

Aqui está a objeção que eles fazem, a única objeção, que faz sentido. É a objeção de que o art. 3º do projeto de lei vedaria que o professor falasse qualquer coisa que pudesse ferir ou ensinasse qualquer matéria ou qualquer conteúdo que ferisse a consciência moral e religiosa dos filhos. Para isso, o movimento Escola



sem Partido, em seu anteprojeto, tem uma solução, que seria simplesmente deslocar “religioso ou moral” para “atividades”. Então, em vez de ficar “*com as convicções dos pais*”, ficaria “*seria vedada a prática de doutrinação político-ideológica, bem como a veiculação de conteúdos que fossem de natureza religiosa ou moral*”, apenas isso. Mas o ideal mesmo é retirar totalmente este artigo. Achamos que ele pode ser retirado porque ele seria mesmo inconstitucional, porque poderia impedir, por exemplo, um professor de falar sobre a teoria da evolução para alguém que seria criacionista. Então, retira-se este artigo ou se desloca o “religioso ou moral”.

Outra coisa que a ONU diz é que o termo “doutrinação político-ideológica” não tem nenhum parâmetro e pode fazer com que o professor fique impedido de ensinar qualquer coisa. Tudo pode ser considerado doutrinação. E aí como é que fica? O professor fica impedido de falar sobre qualquer coisa, porque um pai pode acusá-lo de ter feito doutrinação? Aí vem outro ponto sobre o qual eu quero falar, que é o do abuso de direito.

Então, toda lei é genérica e vai depender de uma interpretação. E toda lei que confere um dever a alguém, em contrapartida, confere um direito a alguém. Da mesma forma, se confere um direito a alguém, confere um dever.

Então, na prática, caso a caso, o que nós vamos ter que observar é se algum direito da criança foi violado por um abuso de direito. O professor tem o direito de ensinar, mas esse direito não é absoluto. Há limites. E quais são os limites ao direito de ensinar do professor? É exatamente o direito à liberdade de crença do aluno.

É interessante que a ONU acusa o termo de vagueza, mas vamos ver aqui um edital do MEC, o Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas. Ali, usa-se exatamente esse termo. Vejam só: “*Serão excluídas do PNLD 2018 as obras didáticas que fizerem doutrinação religiosa, política e/ou ideológica, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público*”. E a própria norma que eles citam como protetora diz: “*A proteção dos estudantes em relação à doutrinação é um objetivo legítimo sob a Lei Internacional dos Direitos Humanos*”. Ainda consideram esse objetivo legítimo.

Eles citam o art. 19 desse protocolo de direitos civis e políticos, mas pulam o art. 18. Citam o art. 19, que fala do direito à liberdade de expressão do professor, e



pulam o art. 18, que estava logo em cima. Quer dizer, era só eles terem subido um pouco. Ao invés de pularem o art. 18 e irem para o art. 19, poderiam ter tido o cuidado de ler o art. 18. Eles veriam que: *“Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais — e, quando for o caso, dos tutores legais — de assegurar a educação religiosa e moral dos filhos que esteja de acordo com suas próprias convicções”*. Esse é o art. 18, que eles simplesmente se esqueceram de citar.

De qualquer forma, quero terminar dizendo o seguinte: Segundo a Lei nº 8.112, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.

Então, toda lei vai ser genérica. O que é promover manifestação de apreço ou desapreço? Eu olhar e não sorrir para uma pessoa que encontrei é manifestação de desapreço? Isso vai ter que ser interpretado. O mesmo ocorre com os crimes contra a honra, por exemplo, injuriar alguém. Não há todos os casos de injúria na lei — falar, gritar, xingar. Não, vai ser preciso interpretar. O intérprete vai ter que interpretar se um caso é ou não de injúria.

Então não há vagueza. O que pode haver é o abuso de direito ou o exercício de um direito por parte do professor. O professor tem direito a ensinar. O que é que nós — o juiz, o diretor da escola ou quem quer que seja — vamos ter que analisar? Vamos ter que ver se aquele professor estava exercendo o seu direito ou abusando dele.

Quando a ONU, no relatório, diz que essa lei desrespeita o requisito da necessidade... Eles dizem o seguinte: *“Nós não conhecemos nada que mostre que essa lei seja necessária no Brasil. Por isso, ela também viola a convenção”*.

Eu acho que todas as audiências que foram feitas aqui até hoje, nos últimos meses, e mais tudo o que está na Internet, que os alunos trazem, as denúncias que são oferecidas ao Deputado Bolsonaro... Eles têm um canal que fala sobre isso. Várias pessoas têm canais. O site do Escola sem Partido recebe isso todos os dias. Então como dizer que não há necessidade?

Há até alguns vídeos. Eu vou passar somente um aqui, para mostrar a vocês o que eles dizem que não há necessidade.



(Exibição de vídeo.)

A SRA. BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Eu acho que isso aí já deu mostrar algo. Inúmeros vídeos foram passados aqui nesta audiência. Há um desses que eu acho que é bom também. É no Nordeste. Eu não me lembro da cidade. Vou mostrar aos senhores.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Eu acho interessante a risadinha dos alunos depois que o professor repete *“esse juizinho de merda do Paraná”*, porque isso mostra a ascensão que o professor tem sobre os alunos. Ele fala, repete, e eles riem. Claro, o professor é uma autoridade. Então esse risinho mostra isso.

E se a ONU acha que não há necessidade, que não há comprovação, que venha aqui ver o que está acontecendo.

Mas há uma coisa que é mais grave, Sr. Presidente. Eu peço só um minutinho. Eu participei, na semana passada, de um evento do Conselho Nacional do Ministério Público e lá eu ouvi a Deborah Duprat, que é aquela Procuradora que os senhores já conhecem que diz que a escola é o local ideal para se acabar com a religião, que disse também que a criança não pertence ao pai, pertence aos Estados. Eu ouvi a Deborah Duprat dizer, lá dentro do Conselho Nacional do Ministério Público, se defendendo perante os conselheiros, porque eu, a Cláudia e o Instituto Resgata Brasil entramos com mais uma representação contra ela. Ela disse o seguinte: *“Esse não é o meu ponto de vista. Eu estou amparada pelo Procurador-Geral, que já deu um parecer dizendo que o Escola sem Partido é inconstitucional; pelo Supremo, que já decidiu; e pela ONU, que está vigiando o Brasil e também disse que o Escola sem Partido é inconstitucional”*.

Quero dizer que o parecer do Procurador-Geral não pode substituir o Congresso Nacional. É nesta Casa que os debates têm que ser feitos. É aqui que a população quer ver suas ideias debatidas e, ao final, ver sagrada vencedora e transformada em lei a ideia da maioria. O parecer do Procurador-Geral não vale para isso.

O Supremo Tribunal Federal não declarou inconstitucional o projeto de lei. Uma liminar do Ministro Barroso contesta a iniciativa, a competência, no caso de



uma lei estadual. Ele acha que o Estado ou o Município não tem competência para legislar sobre o assunto. Essa luta está sendo travada no Congresso Nacional. A contestação em que se baseia a liminar do Ministro não serve para esta Casa, que pode debater o tema, sim; é competente, sim.

A Dra. Deborah Duprat tem se valido desse parecer da ONU, e não foi à toa que o Daniel Cara foi lá buscá-lo. Foi para constranger esta Casa. O Parlamento tem o dever de se proteger e de proteger a sociedade brasileira desse tipo de abuso — isso, sim, é um abuso de direito.

Como, para mim, esse parecer da ONU não passa de uma piada — e uma piada de mau gosto —, eu prefiro terminar com uma outra piada que eu acho muito melhor.

Vamos, então, ouvir uma piada que, pelo menos, tem fundamento. Mostra a realidade.

(Exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos à Dra. Beatriz Kicis Torrents De Sordi a sua participação.

Agora passamos a palavra ao Deputado Flavinho, Relator desse projeto.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Boa tarde, Sr. Presidente, nobres Parlamentares presentes na nossa audiência pública, nossos expositores, Sr. Hiago e Sra. Beatriz, senhores que nos acompanham na Comissão e que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa e também pela minha página do Facebook, é sempre muito interessante ouvir relatos como os feitos hoje.

Tenho certeza de que já estamos caminhando para o final dessa série de audiências que estamos fazendo nesta Comissão. Ao iniciar o segundo semestre, já teremos um relatório para ser votado nesta Comissão. Realmente, o assunto já chegou ao seu esgotamento. É a primeira vez que, como Relator, estou dizendo isso. Sinto que, mesmo que ainda haja algumas oitivas a serem feitas, já caminhamos para o fechamento do nosso relatório. Quem sabe no início do segundo semestre possamos votá-lo nesta Comissão.

O estudante Hiago falava sobre o histórico da sua família de professores. E dizia que tem o sonho de também ser um mestre, um professor, um formador.



Eu peço desculpas ao Hiago e à Beatriz por ter saído, por não ter acompanhado toda a fala dos dois. Estão ocorrendo votações nominais na Casa, e eu gosto sempre de saber o que estou votando. Então, quando cheguei lá, tive que me inteirar do assunto. Por isso, demorei a voltar. Desculpem-me. O nosso Presidente já me passou a temática, e, pelo finalzinho, consegui entender toda a explicação.

Mas o Hiago falava sobre a questão da doutrinação, especialmente ali, com a sua experiência vivida na pele. Na pele e no coração, porque, como você dizia, afeta o psicológico, afeta o social, afeta uma série de situações vividas pelo aluno ali, dentro da sala de aula.

E você trouxe uma frase que eu fiz questão de escrever: *“A doutrinação é um problema real”*. Você não trouxe teorias, não trouxe aqui algo que ouviu, ou que viu num site. Você trouxe aqui experiências que você vive e está vivendo, como você disse, da semana passada inclusive, com relação a uma professora, quando você colocou o seu posicionamento político, o seu alinhamento político, e por que estava entrando naquele pleito dentro da universidade.

Algo que você também trouxe, que me chamou muito a atenção, foi falar do professor, mais do que professor, na verdade o doutrinador dentro da escola, como um propagador de ódio. Isso, para mim, é muito forte: um propagador de ódio dentro da escola. E, mais uma vez, retorna ao que você mesmo mostrava aqui, com imagens, e através da própria página de um servidor público, que, a meu ver, neste momento, está muito mais para criminoso do que para servidor público. Foi algo muito forte o que nós vimos aqui hoje.

E, com relação à Sra. Beatriz, ela trouxe algo de que nós já falamos aqui algumas vezes, referente a esses posicionamentos extracomissão. Eu, sinceramente, não me sinto minimamente impressionado, pressionado ou constrangido por nenhuma dessas instituições que aqui foram citadas, nem mesmo pelo próprio STF, porque, de fato, o STF, primeiro, não legisla; segundo, ele não declarou inconstitucional algo que nem foi votado, porque nós não votamos ainda uma lei. Então não existe uma lei. Nós estamos discutindo essa lei. Depois que tivermos o relatório pronto, votado, uma lei votada, ou quando o relatório for apresentado, pelo menos, eu até aceitaria algum questionamento, algum



posicionamento. Mas não temos nada pronto aqui. Então, dizer que o Escola sem Partido é inconstitucional é dizer que a Comissão é inconstitucional. É isso, porque não temos um texto. Temos seis projetos de lei tramitando nesta Comissão. Então, é ridículo usar isso como argumento contra uma Comissão que tem feito um trabalho tão sério, tão profundo e tão preocupado com a educação em nosso País.

Então, isso não me constrange, não me pressiona. E estou falando isso do STF, instância máxima do Judiciário em nosso País, quem dirá da ONU, que também foi convidada para aqui estar, colocar seu posicionamento. Eu, como Relator de uma matéria tão importante como esta, não aceito e não acolho uma simples nota trazida por alguém que não representa a instituição. Então, que a instituição se faça presente nesta Casa de Leis, faça-se presente nesta Comissão e apresente seu parecer, apresente o seu contraponto, e nós o acolheremos, como estamos acolhendo todos aqueles e todas aquelas que querem vir a esta Comissão colocar o seu ponto de vista, o seu posicionamento, seja ele contrário aos projetos da Comissão Escola sem Partido, ou a favor deles.

Da mesma forma, a posição do Procurador-Geral da República, ou da Procuradoria-Geral da República, também não me impressiona, não me pressiona e não me deixa nem um pouco preocupado. Inclusive, li hoje matéria do Procurador-Geral da República, se eu não me engano no *Estadão*, que disse que estava representando contra seis Municípios, também com relação aos Planos Municipais de Educação.

Enfim, sabemos que existe uma militância pesada no Ministério Público, e também no Judiciário do nosso País, que diz respeito a uma série de temáticas relacionadas aos valores, à moral em nosso País. Então também não me sinto nem um pouco pressionado e constrangido com esse tipo de nota.

Seguimos em frente, trabalhando muito nesta Comissão, buscando, de fato, um relatório que contemple a liberdade dos nossos alunos dentro da sala de aula e, ao mesmo tempo, a liberdade dos professores sérios que querem ministrar as suas matérias aos seus respectivos alunos dentro da sala de aula. Isso é o que nós buscamos nesta Comissão.

Então, com relação à ONU, que foi o que a Sra. Beatriz nos trouxe, eu, neste momento — não costumo me posicionar dessa forma —, estou de pleno acordo,



porque esta Comissão abriu espaço para que essa entidade se fizesse presente aqui, assim como a ABRINQ, que hoje, mais uma vez, declinou da sua presença aqui na Comissão para debater o Escola sem Partido.

Isso, infelizmente, apequena essas instituições, e, felizmente, engrandece esta Comissão, que tem buscado, com toda a imparcialidade, ouvir todos os lados, todas as pessoas, para podermos construir algo que seja muito pertinente para a educação em nosso País.

Mais uma vez, nós reiteramos o convite à ABRINQ e à ONU para virem aqui falar aquilo que pensam sobre a Comissão Escola sem Partido. Nós temos aqui 6 projetos. Então, tragam a esta Comissão as suas contribuições, que serão muito bem-vindas. Agora, não usem pombo-correio, não usem pessoas que não estão ligadas diretamente à instituição e não sejam credenciadas por ela para falar em nome de uma instituição que até então eu acredito que seja séria. Aí nós vamos, então, acolher todas essas contribuições na nossa Comissão.

Eu hoje não tenho perguntas, Sr. Presidente, porque realmente o que foi trazido, da parte do Hiago, é algo muito forte, com relação à sua experiência. E também a Sra. Beatriz nos trouxe, de forma técnica, todo esse esclarecimento, fazendo um paralelo com a nota da ONU — suposta nota da ONU — e também com relação àquilo que os próprios projetos apresentam na Comissão.

Faço apenas uma pergunta ao Hiago, que me vem agora, com relação até ao que ele nos trouxe do seu histórico familiar.

Como os seus familiares — não sei se seu pai, sua mãe, ou tio, tia, avô, avó, que também são professores — veem essa realidade, se ainda lecionam? Ou, se não lecionam mais, como era essa realidade na época em que lecionavam? Não sei se você pode nos ajudar um pouquinho com essa contribuição também.

O SR. HIAGO TADEU ALVES RABELO - Na verdade, na minha família, minha avó era professora — ela faleceu, infelizmente. Minha mãe, dois tios, duas tias e primos são professores. E as pessoas da minha família que não são professores trabalham na cantina ou dirigem ônibus de escola. Literalmente, minha família é uma família que vive da escola.

Pelo que a minha mãe me fala, talvez por um romantismo do passado, ela sempre fala que isso não acontecia na época dela, principalmente porque ela vive



nesse meio e vê as bizarrices que acontecem de vestir menino de menina para falar... A foto que a Bia mostrou é uma realidade nas escolas. E ela fala com indignação que isso não existia na época dela, isso jamais seria imaginado na época dela. E não acho que ela esteja mentindo, acho que ela está completamente certa, pelo seguinte: a escola está tão preocupada com esse tipo de coisa que os nossos índices refletem isso. Pelo menos, na época dela, os índices subiam. Hoje, os índices de educação só caem. Então, ela fala, sim, que era diferente, era uma forma diferente de ver as coisas.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Eu lhe agradeço.

Sr. Presidente, era somente esse o questionamento. Eu acho que ele acrescenta.

Eu quero trazer também um elemento a mais para esta discussão que estamos fazendo hoje. Eu trago isso porque é fato notório, noticiado por toda a mídia do nosso País. Na semana passada, se não me engano, foi noticiado e se efetivou o caso de um livro distribuído pelo MEC que fazia apologia ao incesto e a uma série de situações degradantes. Exemplares deste livro foram distribuídos para crianças. Segundo as informações que nós já tivemos do MEC, o Ministro Mendonça Filho recolheu quase 100 mil livros que tratavam desse tipo de temática, totalmente contrária àquilo que deve, como foi mostrado aqui pela Sra. Beatriz, ser seguido. Não se pode avançar dentro da sala de aula nas escolas com temas como esse. Inclusive o Deputado Delegado Francischini, que está aqui também, falava em vídeos sobre essa temática.

Volto ao início para encerrar a minha fala. A doutrinação é um problema real. Como nós vamos tratar isso, esta Comissão tem a importância, a envergadura e a legitimidade para tratar deste tema com a responsabilidade com que nós estamos tratando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - O.k., Sr. Relator.

Aproveitamos o momento para reiterar o que dissemos no início. Esta Comissão sempre respeitou o contraditório. Foram convidadas pessoas para estar aqui com pensamentos diferenciados. Mas lamentamos, por vezes, que aqueles que tanto falam, criticam e se posicionam contra, na hora de vir aqui falar, não



aparecem. E querem pichar esta Comissão como uma Comissão que não deu oportunidade ao contraditório. Isso não é verdade. Está provado em tudo que nós temos aqui arquivado. Alguns vieram; porém, na maioria das vezes, houve ausência dos convidados, como é o caso de hoje.

Dando sequência, agora passamos a oportunidade aos nobres Deputados que aqui estão presentes para também se pronunciarem.

De acordo com os inscritos, ouviremos agora o Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhora e senhor debatedores, Sras. e Srs. Parlamentares e demais autoridades aqui presentes, é verdade: não vão nos calar. Eles estão dizendo: “*Não vão nos amordaçar*”. É verdade. Eu concordo plenamente com eles. Não vão amordaçar o Escola sem Partido. Não vão amordaçar a Comissão Escola sem Partido. Não vão amordaçar Parlamentares de todo o Brasil que estão aqui nesta Casa e que coadunam com o sentimento e o espírito que nós temos aqui no Escola sem Partido, que, da mesma forma, não serão calados.

Não serão calados também os Deputados Estaduais de todo o Brasil, nem serão calados os Vereadores — de centenas, por certo já passando de mil Municípios — que já estão elaborando as leis, porque há as que já estão elaboradas e outras em andamento nesse sentido, sobre a Escola sem Partido para os seus Municípios.

Por exemplo, eu estou indo debater, juntamente com o Deputado Estadual Léo Portela, na cidade de Além Paraíba, Minas Gerais, encostada no Rio de Janeiro, o projeto Escola sem Partido do Vereador Johnny. O interessante é que a cidade já está mobilizada — a Câmara Municipal será um espaço pequeno.

O interessante é que aqueles que dizem que nós os estamos amordaçando — e é exatamente o contrário — é que querem nos amordaçar. Transfiro a palavra deles, porque eles sempre amordaçam quem quer, de fato e de direito, a democracia.

Alguns alunos já estão postando imagens no Facebook, com camisetas pretas, em que está escrito: “*Não vão nos amordaçar*”, na cidade de Além Paraíba. Então, isso está sacudindo o Brasil todo. É por isso que eles querem amordaçar a



Comissão da Escola sem Partido, porque sacudiu o Brasil. E não sacudiu apenas o Brasil, sacudiu outros países. Esse é o maior desespero deles.

Se pudéssemos levar a Comissão um pouco mais ainda, seria melhor. Eu sei que nós vamos sendo levados à exaustão...

Mas o fato de existir esta escola faz com que existam denúncias e faz com que professores extremados fiquem mais irados ainda, mais nervosos, e façam questão de falar as asneiras que estão falando por aí em relação ao Escola sem Partido. O contraditório é válido, mas são asneiras, sim.

Nós vimos agora um festival de asneiras, inclusive contra o juiz Sergio Moro. É um negócio absurdo, inclusive passível de punição, porque eles deram muita munição para isso. Eles poderiam provar em que o juiz Sergio Moro é bandido. Cabe a quem acusa o ônus da prova.

Então estamos felizes porque não estamos amordaçados.

Só há uma coisa. O que eles têm ensinado hoje é irreverência: Zygmunt Bauman, o amor líquido, a era pós-modernidade, a desvalorização das coisas, a desconstrução familiar. Já falamos sobre isso aqui muitas vezes. O que eles querem é irreverência.

Um programa muito interessante da *Rádio CBN* neste fim de semana tratava do desrespeito dos filhos com os pais. Filhos de 11 anos, 12 anos, 13 anos estão namorando em casa — não sei se alguém aqui ouviu —, praticando os atos mais libidinosos, sem moralismo, possíveis na frente dos pais, dos avós e dos tios. Ainda brigam com eles! Comem e bebem naquelas casas, sendo tutelados por seus pais e seus avós, e desrespeitam-nos completamente. Por quê? Isso parte da Lei Rouanet, que incentiva músicas da pior espécie possível que incentivam as viúvas do tráfico no Brasil. Isso surge de parte da mídia que, da mesma maneira, incentiva. Surge também na escola, com os programas mais hediondos que nós já vimos, incentivando essa cultura do desrespeito.

O que gera a violência — o Brasil hoje é o país que tem 10% dos homicídios do mundo — é a cultura do desrespeito. E a cultura do desrespeito está sendo fomentada por aqueles que são contra o Escola sem Partido.

É muito bom o mundo saber dessas coisas, é muito bom que isso esteja acontecendo. É muito bom a ONU estar preocupada com isso. Chegou lá. Será que



chegou mesmo? Se chegou, parabênizo ainda mais os autores do projeto Escola sem Partido. Parabênizo os autores dos projetos. Parabênizo ainda mais esta Comissão.

Não nos amordaçarão de fato! Estou calmo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Obrigado.

Ouvindo V.Exa., já dá até para responder às perguntas que estão chegando pela Internet.

“Além da Escola sem Partido, há previsão de algum projeto para adotar o homeschooling no Brasil?” Informamos que há projeto tramitando nesta Casa exatamente com esse objetivo. Já estamos respondendo.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Eu e o Deputado Eduardo Bolsonaro podemos falar sobre o Escola sem Partido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Por 1 minuto só.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Por 1 minuto só. Somos autores do projeto. O Ministro Barroso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - *Homeschooling, homeschooling, homeschooling.*

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - A boca fala daquilo de que o coração está cheio — não que o meu não estivesse cheio do *homeschooling*, projeto que já tem inclusive parecer favorável da Deputada Professora Dorinha. Mas o Ministro Barroso suspendeu todas as ações contra os pais que adotam o *homeschooling*, a educação domiciliar. Há mais de 6 mil famílias no Brasil que fazem isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito bem.

Passamos a palavra ao Deputado Rogério Marinho, que está inscrito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, todos os que nos prestam assistência, convidados.

Primeiro, quero dizer da minha alegria de estar aqui hoje com a Bia, que nos convidou e nos intimou — aqui estamos, Bia! —, e com o Hiago.

Desde o ano passado, quando começamos a conversar a respeito do tema, a Bia e os companheiros que fazem parte deste movimento sabem que contam com a



nossa militância, com a nossa concordância e com o trabalho que podemos fazer no âmbito da Comissão de Educação.

Chama a atenção que organismos internacionais, eu diria que de forma orgânica, tenham sido chamados, convidados, instados a se pronunciar em relação ao que ocorre no Parlamento brasileiro. Não é a primeira vez. Normalmente, há um trabalho orgânico da militância de esquerda internacional, esse movimento de solidariedade às avessas, que quer impor à população do mundo inteiro uma versão estereotipada e, eu diria, homogênea de uma visão nova do mundo, calcada na filosofia e nas práticas da nova Esquerda mundial. Não é por acaso que, nos últimos 13 anos, isso recrudescer extraordinariamente.

O Brasil, Deputado Lincoln, até 1969, por ocasião da reforma educacional que ocorreu ainda no regime militar, tinha uma escola pública de qualidade e tinha uma escola privada que, ao contrário da escola pública, era conhecida como uma escola de péssima qualidade. Quem conseguia passar no exame de admissão ia para uma escola pública do ginásio, e quem não conseguia, se tivesse um pai com dinheiro, ia para uma escola privada, que era chamada de “PP” — pagou, passou. E a maior parte da população não tinha acesso ao ginásio da época ou segundo ciclo do ensino fundamental.

Essa reforma educacional permitiu que o Brasil se abrisse quanto à possibilidade de aumentar o número de vagas e matrículas nas escolas por todo o País. Mas, como numa guerra, a logística esgarçou, e a formação dos nossos professores, a estrutura que foi apresentada não eram adequadas, Sr. Presidente, para fazer frente à questão da qualidade. Lá se vão, de 1970 a 2017, quase 50 anos.

A partir dos últimos 18 ou 19 anos, nós instituímos aqui no nosso Brasil, como questão majoritária, um vírus que se inoculou na formação dos nossos professores, que é o construtivismo. A doutrinação entrou na veia da formação dos professores alfabetizadores, conforme a tese, eu diria, gramsciana e de Paulo Freire, de que a criança tem que ser um cidadão crítico e que a sociedade precisa ser reconstruída com bases diferentes da nossa civilização judaico-cristã.

Essa tentativa, que foi inclusive vitoriosa, de tornar homogênea a formação dos nossos professores com esse viés tem causado sérios danos à educação do



Brasil. Os dados que foram revelados recentemente mostram que o ensino médio de 2015, por exemplo, é pior do que o ensino médio de 2005. Então, estamos involuindo. O teste da ANA, a Avaliação Nacional da Alfabetização, que foi concluído também em 2015 — chamo a atenção dos senhores para isso —, demonstrou que apenas 9% das crianças na terceira série do ensino fundamental estão alfabetizadas de maneira adequada. Então, a doutrinação, ao contrário do que pregam, não faz o cidadão livre. A doutrinação tem prejudicado extraordinariamente a alfabetização de nossas crianças.

Nós, Deputado Pastor Eurico, fomos alfabetizados com uma cartilha, com uma tabuada, conforme o método silábico. Nós aprendemos a respeitar pai e mãe, a ter — eu prometo concluir neste minuto — uma concepção em relação à sociedade que nos foi legada pelos nossos ancestrais e que têm milênios.

E agora há uma imposição na sociedade de que nós aceitemos uma nova forma de ver o mundo, uma nova forma de ver a família, uma nova forma de ver a cultura, uma nova forma de educar as crianças, retirando-as do pátrio poder e entregando-as a uma espécie de ser indivisível, que, no caso, é o Estado — o Estado brasileiro ou qualquer outro Estado —, que tem um poder muito maior do que o poder da família.

Então, eu quero louvar aqui o trabalho da Comissão e dizer da sua responsabilidade, Sr. Relator, da responsabilidade dos nossos pares. O que nós estamos fazendo aqui, sem dúvida nenhuma, vai chacoalhar essa inércia que se apoderou, de forma deletéria, da educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito bem, nobre Deputado. Sabemos da sua luta pela educação e em defesa da família. Nós nos sentimos honrados com a sua participação, que, com certeza, marca esta Comissão.

Passamos a palavra agora ao nobre Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, demais colegas, estou aqui no fundo porque estou recebendo a visita ilustre dos colegas da Direita Minas, Bruno Engler e Júnior.



Hiago, parabéns pela coragem. Não o conheço pessoalmente; estou conhecendo agora. Se não é perseguido na UnB, pode ter certeza de que, depois desta Comissão, a sua presença não passará batida lá.

Aquele vídeo é interessante, porque ele não trata nem de Bolsonaro. É uma bandeira monarquista. É um grupo muito pequeno, que está buscando seu espaço agora. Mas isso, por si só, já causa esse entrave todo, prezada Bia Kicis. Como o Prof. Olavo fala, não pode haver nenhuma voz contrária — não é que não possa haver voz contrária; não pode haver nenhuma! E esse trabalho deles tem décadas e chegou aos pouquinhos às coordenações, às direções, às reitorias das universidades e, agora, às escolas, aos meios de imprensa.

Então, os intolerantes de fato são eles. Todos eles acham que o comunismo não deu certo por alguma distorção em particular: *“Ah, o Lenin não soube aplicar o comunismo, o Stalin não soube aplicá-lo. Vamos mudar, então, do stalinismo para o trotskismo”*. Isso para eles é válido, prezado Hiago, ainda que resulte em mais uns 10 milhões de mortos. *“A Ucrânia está dando problema? Confisque os grãos da Ucrânia, deixe-a passar o inverno sem agricultura. Que morram ali mais alguns 3 milhões de pessoas de fome. Qual é o problema disso?”*

Eu tenho um projeto nesta Casa — ele vai um pouquinho além do Escola sem Partido — para acabar com essa história de comunismo. Um sistema que matou muito mais do que o nazismo merece, no mínimo, ter a mesma forma de tratamento desse outro nefasto sistema.

Um pouquinho adiante, prezados, como deu para perceber, eles chegam a relativizar a corrupção. Sentam a borduna em Sérgio Moro. E agora eles estão ficando até sem argumentos, não é, prezado Deputado Flavinho? Antes, falavam que se tratava de uma perseguição ao PT. Agora, há gente do PMDB, do PSDB, de tudo quanto é partido sendo acusada, e eles não têm mais como ficar nesse “mi-mi-mi” da perseguição. Na verdade, é um pensamento que beira o doentio.

Aproveito para parabenizar a UnB, que elegeu uma chapa agora que vai para a UNE — a Libertas, se não me engano. Num debate na *TV Câmara*, a Deputada Luciana Santos, do PCdoB, com certa ironia, disse: *“Ora, Deputado Eduardo, se você não está contente com a Presidência da UNE”* — eu havia falado que a UNE presta um serviço a um partido político, o PCdoB, tanto que a Presidente da UNE se



candidatou à Prefeitura de São Paulo e perdeu de lavada —, “se você acha que a UNE está prestando um mau serviço, concorra à Presidência da UNE e eleja o seu representante”. Como se isso fosse simples! Quem for vestindo uma camiseta do Jair Bolsonaro a qualquer dessas universidades dominadas por esses maconheiros vai ver que será escarrado até a morte.

Então, Sr. Presidente, eu finalizo, depois de ter feitos esses registros, apenas citando o emblemático caso do Colégio Pedro II. Mando um recado para a Deputada Luciana Santos: os tempos estão mudando — digo isso não só por causa da eleição agora da chapa na UnB, que vai levar representantes para a UNE, mas também por causa do caso do Colégio Pedro II, onde os pais dos alunos se movimentaram, cansaram dessa demagogia do PSOL, que tinha até uma sala dentro do Colégio Pedro II, uma escola pública. Os pais conseguiram eleger os seus quatro representantes — a totalidade deles — favoráveis ao Escola sem Partido, contrários a essa sacanagem que fazem na sala de aula. Cada um desses vídeos que nós vemos aqui equivale a um tempo que o aluno está perdendo, a ponto de que este Congresso tenha que se mobilizar para dizer o óbvio.

O espírito do Escola sem Partido nada mais é do que o professor de Matemática ensinar Matemática, o professor de Português ensinar Português. Todos os outros assuntos — religião, sexualidade — devem ser discutidos pelos pais com seus filhos, dentro de casa.

Vamos acabar com esse negócio de princípio do interesse superior da criança. Os pais têm que ter responsabilidade. E não é o Estado, no qual se vê essa corrupção desenfreada, essa promiscuidade dentro do cenário político, que vai ter o poder e a moral de meter o bedelho dentro das famílias e dizer o que é certo e o que é errado para a criança.

Muito obrigado pela benevolência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito bem.

Parabenizamos nosso amigo, um grande lutador em defesa desta causa.

Na sequência, passamos a palavra ao nobre Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI - Presidente, cumprimento V.Exa., o nosso Relator e os dois convidados, o Hiago e a Dra. Beatriz Kicis.



Eu pergunto: sabe o que é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa? V.Exa. sabe, Deputado Flavinho? É o plano que comprou o livro *Enquanto o Sono Não Vem*. Meu filho de 7 anos de idade — o livro se destina à faixa etária de 6 a 8 anos — vai escutar que o rei queria casar com a própria filha. Como a filha não aceitou o casamento, ele a trancou numa torre, onde ela comia só carne salgada, sem direito à água. O rei disse à filha que, se ela se casasse com ele, iria transformar a própria mãe em criada. A mãe e as irmãs a abandonaram. Quando ela resolveu casar com o próprio pai, ela morreu.

O que vai passar na cabeça de uma criança de 6, 7 ou 8 de idade, que está formando suas referências familiares, quando ler isso? Que o pai é um bandido, o pai é um crápula, o pai é um estuprador, é um pedófilo. É isso que se quer ensinar às crianças de 6 a 8 anos de idade no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa? Parece piada pronta!

Esse livro foi comprado — nós temos que ser justos — na gestão Dilma Rousseff. Nós sempre temos muitas discussões com o Ministro da Educação, mas desta vez ele foi rápido, direto: tirou 93 mil livros de circulação numa canetada única.

Eu apresentei um novo requerimento agora, Deputado Lincoln Portela, para buscar a fundamentação de quem, dentro do Ministério da Educação, deu parecer favorável à compra desse livro para aquela idade. Alguém tem que ter dito, no papel, a asneira de que aquele livro, com aquela temática, serviria para crianças de 6 a 8 anos de idade. Para essa faixa etária, isso foi um abuso. O livro trata de um incesto, com indicativo de abuso sexual de crianças.

Então, esta Comissão vai além do que nós estamos debatendo. Vou ler os deveres do professor ao contrário — o senhor já fez este exercício, Deputado Pastor Eurico? Primeiro: o professor pode se aproveitar da audiência dos alunos para promover seus próprios interesses. Isso tem nexos? Não. Então vamos ler ao contrário o segundo: o professor pode favorecer ou pode prejudicar os alunos que não concordarem com a convicção política dele. Tem nexos? Terceiro: o professor pode fazer propaganda político-partidária em sala de aula e, inclusive, incitar os alunos a participarem de manifestação — *“Vamos incendiar a Esplanada”*. Tem nexos? Quarto: o professor pode tratar de questão política, pode apresentar aos alunos só a visão dele e dizer que a outra não presta. Tem nexos? Quinto: o



professor não precisa respeitar os pais dos alunos, ele pode fazer o que quiser, ele pode ensinar para os alunos a religião que ele quiser, não a dos pais, e os conceitos morais dele, não os da família. E o último dever, para finalizar: o professor vai permitir que os direitos assegurados pelos itens anteriores sejam violados, diretamente. Então, é isso que acontece quando se inverte a temática do Escola sem Partido.

Os princípios do Escola sem Partido, como bem disse a Dra. Beatriz, estão na legislação, mas nós precisamos afirmar esses princípios, categorizar como vão ser cobrados e avaliados. É ridículo isso que nós estamos debatendo! Não tem como debater isso com qualquer pai e mãe, com qualquer professor. Não dá para exagerar e dizer que todo professor é assim. A maioria dos professores é como os da família do Hiago, é como muitos professores da minha família. Não há uma família neste Brasil que não tenha um professor ou uma professora. Trata-se da maior categoria do País, uma categoria respeitada. Os professores são formadores de opinião.

Mas chegou a hora de os próprios professores que têm na sua cátedra a verdade — ensinar para a vida, ensinar para as pessoas em parceria com as famílias — se rebelarem. Enquanto eles ficarem com medo de o PT, a CUT, o MST, o PSOL, o PSTU, de todo esse pessoal ir para a porta da escola querendo botar fogo, dizendo que determinado professor é um desgarrado, é um traidor, como vão fazer com o Hiago e talvez com alguns da família dele, enquanto esses professores se omitirem, serão dominados. Quando deixarem de se omitir, eles tomarão de volta as escolas, que voltarão a ser um espaço de convivência.

Ensinar educação sexual para uma criança de 6, 7 ou 8 anos de idade, com a convicção dele — a convicção dos macaquinhos que colocavam o dedo no ânus do senhor da frente —, usando o dinheiro público, não é minha convicção.

E eu tenho certeza — eu posso estar dizendo a maior besteira do mundo, Pastor, mas o senhor sabe que eu sou polêmico e digo as coisas — de que nem casal *gay* que tem filho adotado quer ensinar isso para a sua criança que está lá na escola, com 5, 6, 7 ou 8 anos de idade.

Isso é a sindicalização, é o confronto do “nós e eles” dentro das escolas: é o pobre contra o rico, é o heterossexual contra o homossexual, é o branco contra o



negro. Nós somos todos iguais, mas, para governar, eles têm que dividir. E nos dividem também dividindo os professores e professoras do nosso País.

Era isso que eu tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado, nobre Deputado Francischini. Todos nós somos testemunhas da sua luta pela moral, pelos bons costumes e por uma sociedade justa. Nós só temos a agradecer a V.Exa.

“*Como se explica que o Escola sem Partido tem o apoio de 22 partidos?*” — é uma pergunta que veio da Internet. Nós queremos informar que a Comissão ainda vai apresentar o relatório. O Relator está aqui, e o relatório será votado aqui. Sendo aprovado nesta Comissão, iremos dar sequência a todo o processo. Porém, só saberemos quem é contra e quem é a favor quando tivermos a votação.

Muitas especulações estão sendo exploradas na Internet. Inclusive, há uma página do Escola sem Partido que não tem nada a ver com esta Comissão. A Comissão faz seu trabalho aqui na Câmara dos Deputados. É claro que temos a solidariedade de milhões de pessoas deste Brasil.

Dando sequência e caminhando para o encerramento, concedo a palavra, para as considerações finais, à nobre Dra. Beatriz Kicis Torrents De Sordi. Ela, que foi uma das palestrantes, terá 3 minutos para trazer as suas considerações finais — inclusive, há uma pergunta que deixamos para que ela respondesse.

A SRA. BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Bom, chegou a seguinte pergunta ao e-Democracia: “*Haverá mudanças no ENEM, nos livros escolares? Se sim, quais serão elas?*” Bom, o projeto não se ocupa disso. É certo que o projeto também abarca os livros escolares — também se faz doutrinação pelos livros escolares.

Mas eu ouvi o Deputado Francischini dizer que estão criando uma Comissão para analisar os livros escolares, porque nós sabemos que o livro *Enquanto o Sono Não Vem*, por exemplo, foi aprovado por consultores, que foram totalmente irresponsáveis ao fazê-lo. Então, esta é uma boa hora para surgir uma nova Comissão para a análise dos livros.

Com relação ao tema de hoje especificamente, a minha missão aqui era desmoralizar o relatório da ONU, e eu espero que isso tenha sido feito. Eu queria perguntar se há aqui algum representante da ONU, alguém que tenha denunciado o



projeto à ONU ou alguma pessoa que se oponha ao Escola sem Partido — qualquer dessas pessoas serviriam. *(Pausa.)*

Parece que não há. Isso é porque essas pessoas fogem do debate, com certeza. O que eles vão fazer? Eles já devem estar se preparando para, quando a matéria for levada ao plenário, criar uma arruaça, quebrar vidraças, tacar fogo lá fora. Esse deve ser o plano das pessoas, das organizações, dos sindicatos que se opõem ao Escola sem Partido.

Eu quero dizer que tenho conversado com muitas professoras e professores que são simpáticos, sim, ao Escola sem Partido — aliás, mais do que isso, são defensores ferrenhos do projeto —, porque eles compreendem que ele não visa a prejudicar, calar, amordaçar o professor.

Aliás, esses professores hoje são reféns da baderna que acontece nas escolas no Brasil. Hoje, um programa da *BandNews* disse que há, por dia, dez ocorrências de violência cometida por alunos contra professores, somente no ensino médio do Estado de São Paulo.

Uma professora deu um depoimento dizendo que largou o magistério porque, quando estava grávida, foi agredida até com cadeirada por aluno. Um vídeo que está rodando a Internet mostra alunos do Rio Grande do Norte praticando sexo na sala de aula e a professora sendo acusada de homofobia por estar pedindo que eles se acalmassem. Mesmo que se tratasse de um homem e uma mulher, eles não poderiam praticar sexo, namorar, se agarrar em plena sala de aula. Então, essa baderna não favorece ninguém, a não ser aquelas pessoas que querem o caos para a sociedade, para a política do Brasil.

Eu quero dizer mais uma vez que a ONU é irresponsável. Espanta-me muito a irresponsabilidade da ONU, a ignorância desses comissários ou relatores, seja o que for, que, cedendo a um capricho dessas pessoas — Daniel Cara e outros que foram buscar o apoio da ONU —, não quiseram se informar, não se deram o trabalho sequer de ler o projeto ou de conversar com alguém que o apoiasse, mas mandaram um relatório ao Governo brasileiro, como se o Brasil fosse uma república das bananas e como se o Brasil não fosse um país soberano.

A ONU pode fiscalizar os países signatários? Pode. Mas que fiscalize decentemente, com atenção aos alunos que estão sendo massacrados em sala de



aula por pessoas que não merecem o título de professores, mas, sim, de molestadores de crianças.

Então, ONU pode fiscalizar, sim, mas ela deve fiscalizar, por exemplo, o fato de que, lá no Canadá, há uma criança de 8 anos que é *drag queen*. Há um vídeo sendo espalhado pela Internet em que um menino de 8 anos, vestido de menina — com 8 anos ela já é sábia, já detém a sabedoria do mundo —, diz o seguinte: *“Eu penso que cada um é livre para fazer o que quiser. Se você quer ser drag queen e seus pais não concordam, está na hora de você mudar de pais. Se você quer ser drag queen e seus amigos não concordam, está na hora de você mudar de amigos”*. E há um repórter felicíssimo dizendo: *“Parem tudo, porque nós hoje estamos entrevistando a fabulosa Lactatia!”*

Fabulosa? Fabulosas eu acho que são todas aquelas pessoas que estão lutando contra a maré para estudar, estão lutando contra professores molestadores e alunos que já tiveram a cabeça feita, que invadem escolas e não permitem que a pessoa tente uma vida melhor. Fabulosa é uma menina de 22 anos que está numa universidade em Harvard tentando buscar a cura do câncer. Essas pessoas são fabulosas.

Quanto aos invasores de escolas, pessoas ligadas a sindicatos ou à UNE, nós esperamos que se consiga mudar isso com a Libertas e outras chapas de direita ou que se oponham a todo esse tipo de bizarrice que está acontecendo no nosso País e, como disse o Deputado Rogério Marinho, também internacionalmente, pois esse é um projeto da Esquerda internacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado.

Passo a palavra, também para as considerações finais, ao nobre Sr. Hiago Tadeu Alves Rabelo.

O SR. HIAGO TADEU ALVES RABELO - Eu gostaria só de fazer algumas ponderações sobre o que foi dito.

Sobre a questão da UNE, vocês não fazem ideia do quanto é difícil entrar no lugar para pelo menos tentar disputar o processo de eleição da UNE. Eles criam vários problemas para literalmente expulsar concorrentes. Há uma burocracia gigante.



E, depois de conseguirmos entrar, as propostas que nos foram feitas foram absurdas. Houve proposta inclusive de fraudar o processo, porque eles estavam com medo de não se alcançar o quórum. A nossa chapa sozinha conseguiu metade do quórum necessário, porque nós fomos atrás. O pessoal confia em nós e não aguenta mais essa baderna que a UNE faz.

Sobre o projeto, a consideração que eu tenho a fazer é a seguinte: será que um Estado que não consegue manter o mínimo necessário para pelo menos fiscalizar um professor que atua dessa forma tem a capacidade de legislar sobre a moral na sala de aula? Será que ele tem a capacidade de fazer isso? Essa é uma dúvida sincera.

Infelizmente, o Estado brasileiro hoje não tem a capacidade de fornecer uma estrutura básica para o estudante. Será que ele tem a capacidade de trazer temas como a ideologia de gênero para serem debatidos, não da forma que é hoje, mas de forma que seja pelo menos digna?

Os alunos não sabem ler. A quantidade de analfabetos funcionais no Brasil é imensa! A escola não ensina o aluno a ler, que é o básico. Ela deveria ensinar a ler e a fazer conta, e não ensina. Mas ela quer ensinar que qualquer um pode fazer o que quiser, que ninguém nasce homem e ninguém nasce mulher.

Será que o Estado tem a capacidade de fornecer essa educação? Ou seria melhor deixar isso para os pais, para as famílias, oferecendo o Estado algum suporte no caso de famílias desestruturadas? Nós estamos aqui para pensar em alternativas, não é? Não seria uma alternativa tirar um pouco o peso das costas do Estado e colocar um pouco sobre a família, deixando que o Estado cuide do letramento, dos conhecimentos básicos que uma pessoa precisa ter para desenvolver o senso crítico? Fala-se muito sobre senso crítico, mas tem senso crítico quem não sabe ler, quem não consegue ler e interpretar um livro? É extremamente complicado acreditar nessa baboseira que eles dizem.

Se nós não conseguimos fornecer o básico, nós não vamos conseguir fornecer outras coisas. Se o Estado não está conseguindo fornecer o básico, as outras coisas também vão ser “meia boca”.

Então, é importante que tenhamos um foco. E hoje o foco da educação brasileira, literalmente, definitivamente, não é esse “mundo e fundo” que eles criam.



O aluno brasileiro precisa aprender a ler, precisa saber interpretar pelo menos um texto. Ele precisa ler nem que seja Paulo Freire — mas que leia Paulo Freire e entenda o que ele está lendo, coisa que hoje não acontece. Infelizmente, essa é a realidade da educação brasileira. E não estou falando do ensino médio ou do ensino fundamental; estou falando do ensino superior: há pessoas nele que não conseguem ler e interpretar um texto.

Então, basicamente, eu acho que nós temos focos melhores e podemos distribuir as responsabilidades de forma mais eficaz.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Presidente, sou formado em Direito, tenho dois intercâmbios, estou fazendo pós-graduação e quero dizer que ler Paulo Freire não é mole, não. Aquele negócio ali é complicado. É uma “encheção de linguiça”, meu deus do céu! Aquilo ali não é fácil, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Que o digam os pernambucanos!

Senhoras e senhores, já nos encaminhando para o final e para os nossos agradecimentos, quero deixar bem claro aqui que mais uma vez está provado que esta Comissão não tem nada a ver com questão partidária, ela não está aqui defendendo doutrinação, seja partidária, seja religiosa. Somos acusados aqui de querer transformar o Brasil. Dizem que, enquanto combatemos a questão de doutrina partidária, queremos introduzir as doutrinas religiosas.

Isso não tem nada a ver, como foi provado aqui. Não discutimos em nenhum momento a questão da religião, até porque o Escola sem Partido já traz exatamente essa luz, no sentido de que a responsabilidade do professor é exatamente a de ensinar aquela matéria para a qual ele foi escolhido e designado para ensinar.

Também sempre se diz aqui que em nenhum momento na sala de aula será permitido discutir conhecimentos gerais, políticos ou religiosos. Isso é algo aberto. Ninguém tolheu esse direito do professor. A grande questão é a doutrinação ou a catequização do aluno, o discurso em favor do partido A ou B, que é o que tentam fazer por aí.

Então, esta Comissão tem os pés no chão. Estamos trabalhando com muita seriedade e queremos agradecer a todos que têm participado, até aqueles que são



contrários, mesmo porque nós entendemos que a democracia o permite e, por isso, nós os tratamos com todo o respeito.

Agradecemos de todo o coração aos convidados. Foram muito boas as presenças do nosso nobre amigo Hiago Tadeu e da Dra. Beatriz — muito obrigado pela vossa participação.

Aos Deputados que aqui estiveram presentes, nós agradecemos de todo coração. Deputado Eduardo Bolsonaro, que ainda está conosco, nós agradecemos a sua participação. Seu nome não é muito doce, porém, certo. Eu digo que não é muito doce para aqueles que lhe são contrários. Eu não sei como o amigo está aguentando essas pancadas que vem recebendo de tudo que é lado, mas tudo bem. V.Exa. está de pé.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Prezado Presidente, estão fazendo uma propaganda de graça para nós!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - É verdade! *(Riso.)*

Muito obrigado, Deputado Bolsonaro. Nós entendemos que seus posicionamentos são sérios e corretos e que V.Exa. está lutando pelo bem desta sociedade.

Agradecemos também aos nobres participantes presentes aqui — os senhores estão de parabéns —, bem como aos visitantes que nos acompanham.

Queremos agradecer aos internautas que estiveram acompanhando esta audiência pública desde o início pelas perguntas que chegaram e pelas outras que estão chegando. A assessoria da Comissão vai cuidar de trazer respostas para essas pessoas.

Não podemos deixar de agradecer o nobre apoio — apoio sempre bem positivo, de muita capacidade — dos assessores que fazem parte desta Comissão. A todos que fazem a assessoria desta Comissão, muito obrigado. Nós contamos sempre com os senhores e as senhoras e entendemos que trabalham pensando no melhor para a sociedade.

Agradeço também as palavras sábias do nobre Relator.

Estamos encerrando mais esta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.